

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO GOLPE DE 1964 E DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA¹

HISTORIA E HISTORIOGRAFÍA DEL GOLPE DE 1964 Y LA DICTADURA MILITAR BRASILERA

Rodrigo Patto Sá Motta

Professor Titular de História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Correo electrónico: rodrigopsamotta@gmail.com

Recibido con pedido de publicación: 25 de agosto de 2024

Aceptado para publicación: 13 de noviembre de 2024

Resumo

O texto consiste em um balanço sobre a produção historiográfica dedicada ao golpe de 1964 e à subsequente ditadura militar, com um enfoque inicial nos anos 1970, quando as reflexões sobre o tema eram produzidas basicamente por cientistas sociais, e chegando até ao período mais próximo, quando a contribuição dos historiadores se ampliou muito em volume e qualidade. Estas reflexões sobre a historiografia são marcadas pelo contexto político recente, em que o projeto de poder da extrema direita bolsonarista incluiu iniciativas para dominar o campo da história, implicando tentativas de censurar a produção universitária e ações para divulgar versões favoráveis a uma memória positiva da ditadura.

Palabras clave:

Resumen

El texto consiste en un balance de la producción historiográfica dedicada al golpe de Estado de 1964 y a la posterior dictadura militar, con un enfoque inicial en la década de 1970, cuando las reflexiones sobre el tema fueron producidas básicamente por científicos sociales, y llegando al período más cercano, cuando la contribución de los historiadores se amplió enormemente en volumen y calidad. Estas reflexiones sobre la historiografía están marcadas por el contexto político reciente, en el que el proyecto de poder de la extrema derecha bolsonarista incluyó iniciativas para dominar el campo de la historia, lo que implicó intentos de censura de la producción universitaria y acciones de difusión de versiones favorables a una memoria positiva de la dictadura.

Palabras clave:

¹ O texto foi apresentado como conferência em eventos acadêmicos relacionados aos 60 anos de passagem do golpe de 1964

Introducción

No período recente, as temáticas relacionadas ao golpe de 1964 e à subseqüente ditadura militar se tornaram mais presentes no cenário público (e nas redes sociais), contribuindo para ampliar as polêmicas e mesmo os riscos para os pesquisadores envolvidos. A presença da memória e do legado das ditaduras da segunda metade do século XX é visível não apenas no Brasil, mas em todo o Cone Sul, e mesmo em outras partes da América Latina e do mundo. Entretanto, o fenômeno é particularmente agudo no nosso país, em especial devido a dois fatores. Primeiro, devido ao caráter pactuado e conciliatório da transição à democracia no Brasil. Acordos entre militares e civis foram realizados em outros países, mas é difícil encontrar uma situação como a do Brasil, onde as velhas e novas elites dirigentes se combinaram de maneira tranquila, originando um novo regime político que buscou se afastar da ditadura sem conflitos, o que incluiu a tentativa de apagar a memória sobre o período de domínio militar. Tal política deliberada de esquecimento promovida pelos governos pós-ditadura não contribuiu para educar a sociedade sobre as virtudes da democracia e os males do autoritarismo. Ademais, a transição conciliatória contribuiu para que a corporação militar permanecesse intocada, unida em torno de uma memória positiva da ditadura; portanto, mais propensa a apoiar novos projetos autoritários.

O segundo elemento essencial que explica a presença marcante da ditadura no Brasil atual foi a virada à direita ocorrida na última década, que ao mesmo tempo gerou e foi gerada pelo fenômeno bolsonarista. O contexto recente que permitiu a ascensão da direita autoritária implicou também o retorno dos militares à cena pública e a revalorização da memória da ditadura. A análise ficaria incompleta se não fossem consideradas mais duas questões essenciais: a crise política gerada pela Operação Lava Jato, que desfigurou o sistema político brasileiro desmontando todos seus componentes tradicionais, inclusive e em especial as forças de direita moderadas; e o quadro transnacional, igualmente marcado pela ascensão de radicalismos de direita em várias partes do globo.

Assim, o movimento de revalorização da memória do regime militar se tornou mais grave devido ao crescimento da direita radical e autoritária, que se expressou principalmente no bolsonarismo. A ascensão de Bolsonaro ao poder levou o fenômeno ao ápice, já que o próprio capitão-presidente usava suas redes (e as da presidência da República) para divulgar uma memória positiva sobre 1964. Poucos meses após o início de seu governo, no dia 31 de março de 2019, ele aproveitou a data para exaltar a ditadura e aprofundar sua guerra cultural contra a esquerda, determinando que os quartéis comemorassem o evento, que na ocasião ele negou ter sido um golpe originador de uma ditadura. Nos anos seguintes, Bolsonaro e seus comandantes militares voltaram ao tema diversas vezes, principalmente na data de 31 de março, sempre insistindo em defender um legado positivo de 1964 e negando que houve um golpe e uma ditadura; ao contrário, tais eventos foram apresentados como ações democráticas para salvar o país do comunismo e da desordem. Os seguidores da direita autoritária fizeram movimento semelhante nas redes sociais e nas mídias digitais, alcançando ampla divulgação. O impacto dessa forma de nostalgia da ditadura no Brasil foi intenso ao ponto de tornar-se necessário o envolvimento dos pesquisadores em debates públicos para explicar que em 1964 efetivamente ocorreu um golpe de Estado seguido pela instauração de uma ditadura.

Um dos desdobramentos dessa politização à direita da história recente foi empurrar os historiadores para o centro do furacão, tornando-os alvos da direita radical e conservadora, o que implicou tanto críticas e ataques verbais, como perseguições mais graves. É importante registrar que no sistema escolar os efeitos foram mais sérios, já que

muitos professores do ensino básico perderam o emprego devido à perseguição ideológica². Já os historiadores integrantes do sistema universitário raramente perderam seus postos de trabalho, pelo menos no setor público. Mesmo assim, foram objeto de ataques verbais por parte dos líderes políticos de direita, de ameaças nas redes sociais e mesmo de tentativas de censura, por exemplo, quando uma lista de historiadores “inconvenientes” (estudiosos da ditadura ou dos movimentos LGBTQI) foi enviada ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) no final de 2019, certamente uma tentativa de pressionar pelo corte de financiamento para esses pesquisadores.

Portanto, no contexto recente aumentaram os riscos para quem pesquisa a temática da ditadura, assim como sua responsabilidade acadêmica e cívica. Mobilizar-se contra as ameaças autoritárias passou a ser um imperativo cívico, em defesa da democracia, mas, também, em favor do livre exercício profissional e da historiografia acadêmica. Daí a intensificação da atuação pública dos historiadores que, para além do trabalho habitual nos sistemas de ensino básico e superior, ampliaram o ativismo na mídia tradicional, nas mídias digitais e nas redes sociais, tentando contrapor-se à avalanche de desinformação, fake-News, negacionismo e outras formas de distorção do conhecimento histórico. É difícil avaliar o resultado dessa mobilização de setores da comunidade acadêmica, se seus objetivos foram alcançados e com que eficácia, já que os oponentes contam com mais recursos e dominam melhor a linguagem das redes sociais.

Entretanto, gostaria de enfatizar um tema importante nesse debate. Parece-me essencial que os esforços dos historiadores/as para atuarem nos espaços públicos sejam compatíveis com o devido investimento na produção de conhecimento original. Assim, o engajamento contra os nostálgicos da ditadura, os negacionistas e demais falsificadores, que é fundamental e envolve certo grau de politização em defesa dos valores e instituições democráticos, não deveria comprometer os resultados do trabalho acadêmico, para preservar sua validade e credibilidade públicas. Afinal, o que distingue a história acadêmica das outras formas de representar o passado é o cuidado com os procedimentos metodológicos, a utilização ética das fontes documentais, a disposição crítica frente às evidências e o embasamento em reflexões teóricas, elementos que compõem um aparato científico capaz de obter resultados mais confiáveis. Esse conhecimento de base acadêmica não é infalível e tampouco perfeito, mas é seguramente um caminho mais eficaz para se aproximar da verdade histórica do que as outras opções disponíveis. Pode-se objetar que os manipuladores da história às vezes mobilizam a retórica acadêmica também, em busca de credibilidade. Porém, abandonar os procedimentos acadêmicos ou seguir afirmando que a história acadêmica é somente uma possibilidade entre outras de representar o passado não trará respostas adequadas aos desafios presentes. Ao contrário, cabe aos historiadores profissionais mostrar que os discursos dos negacionistas e demais falsificadores são falaciosos e não merecem crédito do público. E isso implica a defesa dos procedimentos de base científica, que são essenciais para a produção de histórias marcadas pela qualidade e credibilidade, além de serem um ponto de partida para a batalha da divulgação e para o enfrentamento dos embates públicos.

Passo agora ao objetivo principal, que é realizar um balanço crítico da historiografia dedicada ao golpe de 1964 e à ditadura. Como é comum nesse tipo de reflexão, a intenção é fazer uma análise sintética dos caminhos seguidos até agora, mas também sugerir algumas possibilidades e pautas visando a pesquisas futuras.

A primeira consideração a fazer é que os estudos sobre a ditadura não se restringem à historiografia propriamente dita, pois cientistas sociais e jornalistas deram contribuição

² As perseguições começaram antes mesmo da ascensão do bolsonarismo, em grande medida devido à atuação do movimento direitista “Escola sem partido”, fundado em 2004.

importante ao campo, principalmente na fase inicial. Nos anos 1970-80, poucos historiadores se animavam a estudar o regime autoritário, seja devido à tradicional objeção da área em relação à pesquisa de objetos próximos no tempo, seja porque o tema era arriscado e os historiadores foram particularmente visados pela ditadura, juntamente com os sociólogos. É importante registrar que os expurgos realizados pela ditadura nas universidades, instituições de pesquisa e sistema escolar atingiram bastante os historiadores. Os casos de maior impacto foram a liquidação do setor de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que vinha investindo em uma “História Nova do Brasil” em bases materialistas sob a liderança do historiador marxista Nelson Werneck Sodré³; as aposentadorias compulsórias no Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que ficou desfigurado ao perder 5 integrantes, entre eles Maria Yeda Linhares; o expurgo na Universidade de São Paulo (USP), que levou ao exílio a historiadora Emília Viotti da Costa; e a condenação à prisão sob a acusação de fazer apologia da luta armada de Caio Prado Jr., que mesmo sem ocupar posições acadêmicas era um dos mais influentes historiadores brasileiros.

Independentemente das razões para a escassa contribuição de historiadores aos estudos sobre a ditadura em sua fase inicial, os principais pesquisadores do tema nos anos 1970 foram os cientistas políticos, ao lado de sociólogos, sendo que alguns desses foram atingidos pelos expurgos, mas seguiram atuantes em instituições privadas ou no exterior. Por sua vez, os jornalistas passaram a contribuir também para esse campo de conhecimento, em especial a partir da segunda metade dos anos 1970. No caso dos profissionais da comunicação, e devido à própria natureza da profissão, o seu trabalho se concentrou mais na produção de fontes e no levantamento de informações relevantes, e menos na produção de análises e interpretações que fossem além das evidências factuais. Ressalte-se que esse período foi o auge do brasilianismo e do latinamericanismo, ou seja, da produção acadêmica elaborada por pesquisadores estrangeiros, sendo que muitos deles ofereceram contribuição destacada aos estudos sobre a ditadura.

Nessa fase inicial, geralmente os trabalhos dos cientistas sociais consistiam em propostas de explicar aspectos da ditadura com base em observação direta e/ou na aplicação de modelos teóricos. Mas, em alguns casos, sociólogos ou cientistas políticos produziram ensaios de história recente, na maioria escritos no final dos anos 1970 e 1980. Tais estudos geraram interpretações sobre o autoritarismo que se tornariam clássicas, mobilizando construções teóricas como populismo, teoria da dependência e modernização conservadora para enfocar temas como as corporações militares, a burocracia estatal, o sistema político e as transformações econômicas da ditadura⁴. Também nos anos 1970 começou uma linha de pesquisa dedicada aos movimentos sociais⁵, tanto os existentes anteriormente como o que foram criados na fase final da ditadura, temas que seriam abraçados pelos historiadores logo adiante, especialmente em investigações sobre trabalhadores (urbanos e rurais), associativismo urbano e movimento estudantil.

No final da década de 1970 surgiram os primeiros trabalhos sobre a ditadura com abordagem próxima à historiografia, a maioria deles escritos por cientistas políticos que buscavam explicar as origens do golpe de 1964. Nessa linha, merecem destaque os livros de

³ A ditadura fechou todo o ISEB, que era um órgão do Ministério da Educação, sob o argumento de que estava seriamente infiltrado pelos comunistas.

⁴ Seguem os nomes de alguns dos autores cujos trabalhos à época se tornaram mais influentes: Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni, Francisco Weffort, Alfred Stepan, Philippe Schmitter, Guillermo O'Donnell, Fábio Wanderley Reis, entre outros.

⁵ Vale destacar os estudos realizados nesse período por alguns cientistas sociais, por exemplo, José Sérgio Leite Lopes, autor de *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*.

Luiz Alberto Moniz Bandeira (*O governo João Goulart e as lutas sociais*, de 1977) e o de René Armand Dreifuss (*1964, a conquista do Estado*, de 1981), ambos preocupados em mostrar a atuação dos principais agentes golpistas nacionais e internacionais. Logo a seguir, outros cientistas sociais trariam contribuições significativas à história recente da ditadura, como Sebastião Velasco e Cruz & Carlos E. Martins (1983), Maria Helena Moreira Alves (1984) e Caio Navarro Toledo (1983).

Quanto a abordagens sobre o período da ditadura produzidas por historiadores, elas começaram a aparecer na segunda metade dos anos 1980, seja porque o distanciamento temporal em relação aos eventos foi se ampliando, inclusive devido ao fim da ditadura militar e o retorno dos civis ao comando estatal em 1985, seja porque os departamentos de História das universidades e respectivos cursos de pós-graduação foram se consolidando e diversificando as pesquisas. Entre os trabalhos pioneiros de historiadores destacam-se estudos sobre as organizações de esquerda que enfrentaram e foram dizimadas pela ditadura, como os livros de Jacob Gorender (*O combate nas trevas*, 1987), Daniel Aarão Reis Filho (*A revolução faltou ao encontro*, 1990) e Marcelo Ridenti⁶ (*O fantasma da revolução brasileira*, 1993). Destaque-se também o estudo de Thomas Skidmore (1989, *The politics of military rule in Brazil*), que ofereceu uma abordagem mais abrangente sobre a história da ditadura. Importante acrescentar que a linha de estudos sobre as organizações armadas de esquerda seria ampliada nos anos seguintes, passando a focar também os grupos que investiram em formas de resistência não armadas.

Ainda na década de 1980 surgiu outra linha de pesquisas de largo impacto, dedicada aos aparatos de repressão, de informação e de censura da ditadura militar. As primeiras contribuições vieram de jornalistas (LAGÔA, 1983; BAFFA, 1989; SILVA, 1989), porém, logo em seguida, nos anos 1990, surgiram os primeiros trabalhos de historiadores dedicados a tais temas, como AQUINO (1999) e FICO (2001).

É importante registrar que algumas pesquisas dos anos 1970-80 geraram um instigante debate analítico-interpretativo sobre os fatores motivadores do golpe de 1964, inicialmente restrito aos cientistas sociais, porém, logo envolvendo também os historiadores. As propostas interpretativas mais influentes destacavam, de maneira contrastante, o impacto de interesses econômicos impulsionando os eventos e, de outro lado, a autonomia do campo político.

Para simplificar a compreensão desse debate, que na verdade é mais complexo do que sugerem essas escassas linhas, pode-se dizer que a visão economicista enfatizou duas questões: de um lado, o influxo dos interesses do capitalismo multinacional, que, supostamente, tornaria necessária uma mudança do regime político brasileiro para que se iniciasse uma nova fase de investimentos e de acumulação de capital; do ponto de vista da outra perspectiva econômica, nos anos 1960 teria ocorrido um esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações, tornando necessária uma mudança violenta de regime político para que fosse encontrado novo rumo econômico. Nos dois casos, as ações políticas aparecem como mera derivação de interesses econômicos.

Quanto à perspectiva acadêmica que enfatizava fatores políticos como explicação para as origens de 1964, segundo alguns de seus defensores o golpe teria ocorrido porque as instituições políticas entraram em crise, gerando uma “paralisia decisória” nas palavras do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos; de acordo com outra vertente, o golpe ocorreu porque o arranjo populista que supostamente governava o Brasil desde 1945 havia se esgotado. Todas essas propostas interpretativas têm méritos e ajudam a iluminar o

⁶ Marcelo Ridenti é na verdade Sociólogo, mas seus trabalhos se inserem numa linha fronteiriça tênue com a historiografia.

processo histórico, porém, tomadas isoladamente, elas se mostram insuficientes para construir análises mais abrangentes.

Em livro recente busquei trazer uma contribuição ao debate (Motta, 2021). Nessa análise, reafirmei a centralidade dos fatores políticos e a autonomia relativa do campo político, porém, buscando distanciamento das perspectivas politicistas de corte institucionalista, e, ao mesmo tempo, integrando a dimensão econômica à análise. Assim, considero mais correta a interpretação de que o principal motor para o golpe de 1964 foi a formação de uma coalizão de direita mobilizada para derrotar as forças de esquerda e os movimentos sociais orientados pelo campo progressista, que estavam em ascensão durante o governo João Goulart e pareciam ameaçar a ordem tradicional. Portanto, a motivação principal do golpe foi política: derrotar as esquerdas e reprimir os movimentos sociais em ascensão no período, retirando do poder um presidente progressista considerado aliado de (ou conivente com) tais movimentos. Entretanto, tal motivação incluía uma dimensão econômica, que era defender as grandes empresas contra a intervenção estatal e garantir o regime baseado na propriedade privada. É importante enfatizar que essa interpretação permite uma análise conectada com os outros golpes militares na América Latina nos anos 1960-70, em que semelhante motivação antiesquerdista (anticomunista, antimarxista, antissubversiva, a retórica variou) teve peso primordial.

Voltando agora ao balanço sobre a produção de historiadores dedicados à temática da ditadura, nos anos 1980 e 1990 predominaram pesquisas com foco nas forças de resistência e de oposição ao regime autoritário, ao lado de investigações sobre as origens da ditadura e o funcionamento de seu aparato de repressão. Porém, entre o fim dos anos 1990 e o começo do atual milênio começou a se formar um novo cenário, propiciado pelo acesso a novas fontes documentais e pela renovação de abordagens e referenciais teóricos. Se nas primeiras pesquisas sobre a ditadura predominaram a história política, a história social clássica (com foco nos trabalhadores) e a história econômica, a partir dos anos 2000 a marca da história cultural passou a ser mais visível, indicando a perda de influência da perspectiva marxista tradicional, mas, por outro lado, a incorporação de traços do pensamento gramsciano.

O impacto das perspectivas culturalistas inspirou a utilização de novos conceitos e enfoques teóricos, bem como abordagens sobre temas até então pouco contemplados. Nessa linha, vale destacar estudos sobre os intelectuais e os artistas, aproximando-se ao conceito de resistência cultural, assim como pesquisas enfocando memória, cultura visual, religiosidade, gênero, imaginário, cultura política, rituais cívicos, propaganda, entre outros. A renovação de abordagens coincidiu com o aumento da contribuição de historiadores às pesquisas sobre a ditadura, pelas razões já apontadas (ampliação da distância temporal e expansão dos programas de pós-graduação). Mas o incremento de trabalhos sobre a história recente foi possível também devido à maior disponibilidade de fontes documentais. Se a transição pós-autoritária no Brasil apresenta pontos negativos, no que diz respeito ao acesso a arquivos e fontes de informação houve conquistas importantes, como a abertura de acervos sigilosos das forças de repressão e a aprovação de uma legislação liberal para regular o acesso a tais documentos. Vale a pena registrar que esses sucessos se deveram à mobilização de pesquisadores e ativistas sociais, que conseguiram sensibilizar lideranças políticas democráticas, e que se tratou de um processo sinuoso, marcado por avanços e retrocessos⁷.

⁷ Sobre a abertura dos acervos ver Teles, Janaína de Almeida. Apropriações e Disputas em torno do Acesso aos Arquivos da Ditadura Militar no Brasil. https://www.academia.edu/116722696/Apropria%C3%A7%C3%B5es_e_Disputas_em_torno_do_Acesso_aos_Arquivos_da_Ditadura_Militar_no_Brasil?sm=b

Aprofundando o olhar sobre as linhas de pesquisa emergentes na virada do milênio, gostaria de destacar duas tendências que seguem influentes hoje. Primeiro, a formação de um campo de estudos sobre as direitas autoritárias e conservadoras, que se deu paralelamente à ampliação de pesquisas sobre os valores e ações dos militares⁸. Tais pesquisas basearam-se em história oral e em acervos documentais recém-abertos à consulta, gerando melhor conhecimento sobre os valores conservadores e autoritários que fundamentaram a defesa da ditadura, especialmente nacionalismo, anticomunismo, moralismo religioso e defesa da família tradicional. A historiografia dedicada às direitas ampliou-se nos anos seguintes, com estudos sobre entidades femininas, partidos políticos, organizações cristãs e intelectuais⁹.

A segunda tendência emergente a partir dos anos 2000 envolveu o questionamento à mitificação da resistência (REIS FILHO, 2000), bem como o surgimento de pesquisas visando entender por que alguns grupos sociais apoiaram a ditadura. Tal linha historiográfica, que mantém forte diálogo com a literatura acadêmica internacional, investiu em estudos dedicados principalmente a grupos dos estratos médios como jornalistas, advogados, organizações femininas e professores universitários. Para escapar do maniqueísmo implicado no par antético colaboração x resistência e entender outros comportamentos e atitudes sociais diante do Estado autoritário, tais pesquisas têm utilizado conceitos como zona cinzenta (ROLLEMBERG, 2010) e acomodação (MOTTA, 2014). Nesse debate, tenho postulado que acomodação oferece uma conceituação mais útil do que a expressão zona cinzenta proposta por Pierre Laborie. O historiador francês considera a zona cinzenta como uma área de ambivalência entre resistir ou colaborar com o fascismo, ou seja, as duas atitudes tradicionais seguem sendo as principais, pois na zona cinzenta alguém pode ora colaborar ora resistir, simultaneamente ou em momentos diferentes. A propósito, é interessante registrar que o trabalho de Laborie não é uma reação ao mito resistencialista, mas ao exagero que se seguiu quando a crítica ao resistencialismo gerou interpretações superestimando o colaboracionismo e reduzindo a força da resistência. De toda forma, acomodação é um conceito mais interessante porque, diferentemente de zona cinzenta, refere-se a um terceiro tipo de atitude, e não a um espaço em que resistência e adesão convivem.

As pesquisas sobre a adesão e a participação de civis no regime autoritário geraram disputas interpretativas acerca da melhor denominação para a ditadura (militar ou civil-militar?), polêmicas que seguem abertas, embora me pareça que chegamos a um ponto limite no debate sobre a melhor adjetivação, já que, independente das expressões utilizadas, ninguém duvida de que a participação de civis no golpe e na ditadura foi essencial. Aliás, como duvidar disso tendo em vista o que ocorreu com o bolsonarismo, quando número expressivo de pessoas se mostrou disposta a apoiar uma nova intervenção autoritária? Entretanto, alinho-me aos pesquisadores que preferem o termo ditadura militar, por considerá-lo mais preciso para designar o regime político vigente nos anos 1964-85, quando os militares comandaram o Estado brasileiro, ocupando os postos decisivos e escolhendo os civis que iram auxiliá-los nas tarefas de governo.

Uma ressalva importante: na linha de pesquisa sobre as atitudes sociais frente à ditadura, que é sem dúvida essencial e inovadora, não deveríamos exagerar nas tópicas da adesão e da acomodação, sob o risco de subestimarmos tanto a relevância da resistência como o caráter violento da ditadura, que apenas conseguiu durar duas décadas devido ao uso da coerção. Afinal, se o regime político autoritário comandado pelos militares governasse

⁸ Quanto às pesquisas sobre militares realizadas nos anos 1990 é importante destacar os trabalhos de Gláucio Soares, Maria Celina D'Araújo e Celso Castro (1994).

⁹ Entre os principais estudos de historiadores dedicados às direitas no contexto de 1964 e da ditadura podem ser citados Motta (2002), Cordeiro (2009), Grinberg (2009), Zanotto (2012), entre outros/as.

por consenso popular, ele não precisaria ser uma ditadura. A própria história política da ditadura mostra isso, na medida em que as medidas autoritárias foram se intensificando em resposta ao ativismo da oposição. Por exemplo, em outubro de 1965, incapazes de ganhar as eleições estaduais (que inicialmente foram mantidas) em estados chave da federação brasileira, os ditadores baixaram o Ato Institucional n.2, que instituiu a eleição indireta para governadores e presidentes, exatamente por terem dúvidas em relação a um apoio consensual; e, em dezembro de 1968, a ditadura baixou o AI-5, que incrementou os expurgos e a violência política, em resposta ao crescimento da resistência nas ruas, e devido à percepção de que estavam ocorrendo fraturas no apoio até então oferecido por certos segmentos da elite (especialmente entre parlamentares, juízes e imprensa).

Portanto, a resistência teve papel relevante e não deve ser subestimada. Porém, não se trata de propor uma visão heroicizante e mitificadora da resistência. Afinal, muitos autodeclarados resistentes na verdade usaram estratégias de acomodação, e outros tantos foram trânsfugas de última hora. Importa avaliar o impacto real das ações de resistência, pois a ditadura não caiu devido exclusivamente a esse fator. Na verdade, o fim da ditadura deveu-se a uma combinação entre debacle econômica e incremento da resistência, sendo que esta representou uma mescla entre a insatisfação de parte da elite e o aumento de protestos sociais (especialmente as greves operárias que eclodiram em 1978-79).

Pois bem, a expansão e a diversificação das pesquisas sobre a história da ditadura que ocorreram nos últimos anos, e que descrevi em breve traços, têm relação com o aumento das demandas públicas, com os estímulos da conjuntura política e com a existência de condições infraestruturais favoráveis, como expansão da pós-graduação e das verbas para pesquisa. Ademais, o estudo de temas recentes tem sido cada vez mais aceito entre os historiadores, no mesmo ritmo da redução dos preconceitos disciplinares tradicionais. Há também um fator etário operando, já que novas gerações de pesquisadores têm sido incorporadas à historiografia, notadamente pessoas nascidas entre os anos 1960 e 1990, o que amplia o hiato temporal entre investigador e objeto, reduzindo a ansiedade em relação ao problema do distanciamento.

Com o avançar do novo milênio e à medida em que se incrementou a politização da memória da ditadura, as polêmicas interpretativas internas ao mundo acadêmico ganharam maior repercussão pública, intensificando-se as manipulações ideológicas e os usos distorcidos. As efemérides de 2004 e de 2014 foram importantes catalizadores desses embates, contribuindo para acirrar a politização da história recente. Trabalhos de historiadores acadêmicos dedicados a renovar o conhecimento sobre a ditadura e entender as motivações dos atores sociais foram apropriados e distorcidos em defesa de visões favoráveis ao regime autoritário. De outro lado, alguns pesquisadores foram acusados de usar o conhecimento em favor de tenebrosas maquinações comunistas, sendo que às vezes a mesma pessoa foi acusada, simultaneamente, de conluio com os vermelhos e de ser indulgente com a ditadura.

As polêmicas se acirraram a partir de 2014, ano das efemérides do “cinquentenário”, em que ocorreram muitos eventos acadêmicos e intervenções da mídia sobre o tema da ditadura, contribuindo para dar mais visibilidade à historiografia acadêmica e para estimular a chamada história pública, inclusive a de direita. A politização do debate sobre a ditadura não se deu apenas devido ao cinquentenário do golpe, mas por causa da crescente polarização direita x esquerda, que se manifestou nas eleições presidenciais de 2014 e nos embates em torno da Comissão Nacional da Verdade, que concluiu seus trabalhos naquele ano. Em meio às disputas políticas, que tiveram vários momentos agudos, como a votação do impeachment de 2016, quando o então deputado Bolsonaro homenageou com seu voto o coronel Ustra e a ditadura, parte das lideranças do país e segmentos da população

redescobriram a relevância da sua história recente, que ganhou mais importância em meio às disputas para definir o futuro do Brasil.

A ascensão de Bolsonaro ao governo tornou os desafios maiores, levando ao aumento das manifestações em defesa da ditadura e mesmo a demandas pelo seu retorno, formuladas pelos grupos mais radicais, que em manifestações de rua pediram um novo AI-5. Nesse contexto, começaram a eclodir intervenções autoritárias do governo Bolsonaro, que de um lado fez apenas ameaças, mas de outro adotou ações concretas de censura, como o veto a questões sobre a história da ditadura nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Uma evidência de que as ameaças autoritárias não eram apenas retóricas foi a tentativa de golpe bolsonarista em janeiro de 2023, que felizmente foi derrotada. Pode-se imaginar o destino do mundo acadêmico e da historiografia universitária caso os planos dos golpistas tivessem sido bem sucedidos.

Considerando a escalada autoritária dos últimos anos, o balanço sobre a historiografia da ditadura suscita uma questão instigante: o quadriênio bolsonarista (2019-2022) teria desestimulado as pesquisas acadêmicas sobre o tema? Minha sensação era que não, pela disposição à resistência do meio acadêmico e porque quatro anos pode ser pouco para mudar os rumos das pesquisas. Mas, para buscar dados mais concretos, me propus a fazer um estudo sobre as teses de doutorado defendidas na área de História. Poderia ter tentado avaliar outros tipos de produção acadêmica, como livros, capítulos ou artigos, mas creio que seria ainda mais difícil construir uma base comparativa sólida. Além disso, às vezes artigos e capítulos respondem a demandas conjunturais, enquanto teses são pesquisas de grande fôlego e indicam os caminhos que estão sendo trilhados pela historiografia em formação.

Assim, pesquisei nas bases de dados da CAPES as teses defendidas desde 1987, sendo que realizei algumas checagens por amostragem nos sites dos programas de pós-graduação para verificar se as informações eram confiáveis. O critério foi escolher teses que abordaram direta ou indiretamente as temáticas relacionadas à história do golpe e da ditadura militar, portanto, não contabilizei trabalhos que apenas cruzavam a cronologia do período (por exemplo, um estudo sobre manifestações artísticas nos anos 1970 que não considerasse o cenário político não foi incluído)

Nesse levantamento considerei os seguintes anos, 1987, que é o primeiro para o qual há dados disponibilizados pela CAPES, 1990, 1994, 2000, 2004, 2014, 2021 e 2022. Escolhi um arco temporal amplo o suficiente para estabelecer uma base comparativa, em que incluí as datas das efemérides do golpe e os dois últimos anos para os quais há dados disponíveis, e que pertencem ao quadriênio bolsonarista. Organizei os dados em uma tabela, para facilitar a visualização.

	Total de teses de doutorado defendidas na área de História	Teses que dialogam com a temática do golpe de 1964 ou a ditadura militar	Percentual em relação ao total de teses
1987	3	0	0
1990	18	1	5,5%
1994	39	3	7,7%
2000	119	10	8,4%
2004	200	21	10,5%
2014	313	36	11,5%
2021	492	56	11,4%
2022	481	64	13,3%

Fonte: <https://dadosabertos.capes.gov.br/>

O ponto essencial é que a produção de teses sobre a história da ditadura aumentou desde o início do período, e aparentemente não declinou nos anos bolsonaristas. De toda forma, essas conclusões só podem ser provisórias, pois para asserções mais definitivas precisamos aguardar os dados de 2023 e 2024, de modo a ter elementos para uma avaliação mais precisa do impacto dos anos de autoritarismo bolsonarista sobre a produção historiográfica.

Para além dos números, uma análise qualitativa dessas teses oferece informações interessantes sobre as tendências de pesquisa no campo da história da ditadura. Alguns temas aparecem em destaque nos trabalhos recentes, representando renovação de perspectivas e ao mesmo tempo a continuidade de linhas de pesquisa anteriores. Há estudos sobre temas já tradicionais como diplomacia, papel do judiciário, partidos e repressão política; e investigações sobre questões anteriormente pesquisadas, mas agora enfocadas sob novos ângulos, como intelectuais, produção audiovisual, educação e questões de gênero, que, além da temática feminina, passaram a incorporar os movimentos LGBT. Ampliaram-se igualmente os estudos sobre trabalhadores urbanos e sobre camponeses, sobre atitudes sociais frente à ditadura e sobre movimentos e valores culturais de direita. Uma linha de pesquisa em processo de afirmação - marcadamente original dada a escassez de pesquisas anteriores - dedica-se às relações entre a população negra e a ditadura, bem como aos povos indígenas no contexto ditatorial. No caso das pesquisas sobre os indígenas, a sua importância foi reconhecida por dois prêmios recentes atribuídos pela CAPES às melhores teses na área de História.

Gostaria de concluir comentando um segmento de pesquisas original e instigante: os estudos transnacionais. Nos últimos anos foram produzidos estudos de caráter transnacional de diversos tipos, com abordagens teóricas distintas (histórias conectadas, globais, transnacionais etc.) e com foco em diferentes aspectos como repressão, organizações femininas, grupos de esquerda, instituições de direita, intelectuais, movimentos de solidariedade transnacional, organizações de trabalhadores, políticas de memória, processos econômicos, entre outros. De fato, esses estudos ocupam um lugar de destaque na fronteira da historiografia atual, para utilizar uma imagem antiga e fazer uma pequena ironia, já que se trata de uma linha de pesquisas dedicada a ultrapassar as fronteiras.

Trata-se de campo em plena expansão e com largas possibilidades de contribuir para o conhecimento das ditaduras, já que elas estavam conectadas regionalmente e globalmente. Exatamente por isso, olhares transnacionais podem oferecer compreensão mais acurada de fenômenos que não se restringiam às suas dimensões singulares. Por outro lado, a mirada transnacional ajuda a iluminar as especificidades de cada caso, pois, embora as ditaduras contassem com muitas similaridades e vários pontos de conexão, ao mesmo tempo guardavam aspectos originais, que demandam explicação. E aí se destaca o olhar característico do historiador, em geral mais sensível e interessado em perceber as singularidades do que outros cientistas sociais. Dessa forma, se é verdade que os golpes militares tiveram motivações semelhantes, como a repressão às organizações de esquerda e aos movimentos sociais progressistas, e geraram ditaduras com práticas repressivas similares, por outro lado, algumas singularidades instigam à reflexão. Por exemplo: por que a ditadura brasileira foi desenvolvimentista, em contraste com o neoliberalismo adotado em outras experiências? Por que algumas ditaduras foram mais refundadoras do que outras? Por que umas investiram na descentralização do poder administrativo, enquanto outras fizeram o contrário?

Pretendo me dedicar mais a essa linha de pesquisa nos próximos anos, dando sequência a reflexões iniciadas tempos atrás, quando passei a lecionar cursos baseados na

comparação entre as ditaduras do Cone Sul. Um dos desdobramentos desse trabalho é um livro recente coorganizado juntamente com Daniel Lvovich (2023), um estudo comparado e conectado entre as ditaduras argentina e brasileira. Em um novo projeto de pesquisa, em preparação, pretendo seguir nessa trilha teórica, orientado por uma questão básica. O golpe de 1964 é considerado em geral como o marco inicial do ciclo de ditaduras militares que assolou a América Latina nas duas décadas seguintes. Porém, até que ponto o golpe e a ditadura militar brasileiros inspiraram as políticas aplicadas pelas ditaduras vizinhas? Qual o real papel exercido pelo regime ditatorial do Brasil no quadro regional, qual sua força de atração e de inspiração para as forças autoritárias dos outros países?

Essa é uma questão, entre outras, que pode servir de orientação para futuras pesquisas no campo da história das ditaduras brasileiras e latino-americanas. Oxalá nos próximos anos veremos essa área de estudos se ampliar e se consolidar, de preferência no mesmo passo em que as forças autoritárias atuantes na nossa região e em outras partes do globo sejam contidas, e a democracia seja fortalecida e aperfeiçoada, alcançando densidade social para além da simples institucionalidade.

Assim, quem sabe, no futuro próximo o tema das ditaduras vai se tornar menos politizado, um passado menos presente, mais distante de nós, menos quente. E com isso ele se tornaria um objeto de estudos menos arriscado, deixando de ser um fantasma a nos assombrar. Mas, reiterando, para isso é preciso enfrentar esse passado, pois, tentar esquecê-lo, como aparentemente sugeriu o presidente Lula em entrevista polêmica às vésperas dos 60 anos do golpe de 1964, não é uma solução. Precisamos lembrar esses episódios, analisá-los insistentemente, até que a ditadura se torne de fato um passado frio, presente apenas nos livros ou nos registros digitais.

Referencias bibliográficas

- Alves, Maria Helena Moreira (1985). *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes.
- Aquino, Maria Aparecida (1999). *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc.
- Ascenso, João Gabriel da Silva (2021). “Como uma revoada de pássaros”: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Tese de Doutorado em História. PUC-RJ.
- Bandeira, L.A. Moniz (1978). *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil: 1961-64*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Baffa, Ayrton (1989). *Nos porões do SNI*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Cardoso, Fernando Henrique (1975). *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cordeiro, Janaína (2009). *Direitas em movimento. A campanha da mulher pela democracia e a ditadura*. Rio de Janeiro: FGV.
- D’Araújo, Maria Celina, Gláucio D. Soares e Celso Castro (comps.) (1994–1995) *A memória militar sobre o golpe, a memória militar sobre a repressão, a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Dreifuss, René (1981). *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes.
- Fernandes, Juliana Ventura de Souza (2020). “Guerra dos 18 Anos Repertórios Para Existir e Resistir À Ditadura e A Outros Fins de Mundo: Uma Perspectiva do Povo Indígena Xakriabá e Suas Cosmopolíticas de Memória”. Tese de Doutorado em História. UFMG.
- Fico, Carlos (2001). *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record.
- Figueiredo, Argelina (1993). *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-64*. São Paulo: Paz e Terra.

- Gorender, Jacob (1987). *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática.
- Grinberg, Lúcia (2009). *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Ianni, Octavio (1975). *O colapso do populismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lagôa, Ana (1983). *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense.
- Lopes, José Sérgio Leite. (1976) *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Petrópolis: Paz e Terra.
- Lvovich, Daniel e Motta, Rodrigo Patto Sá (org.). (2023) *Las Dictaduras argentina y brasileña en acción: violencia represiva y busca del consentimiento*. Los Polvorines: Ed. UNGS.
- Martins Filho, João Roberto (1987). *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-68*. Campinas, Papirus.
- Medeiros, Leonilde (1989). *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE.
- Meneguello, Rachel (1989). *PT: a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Motta, Rodrigo Patto Sá (2014). *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____ (2002). *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp.
- _____ (2021). *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Napolitano, Marcos (2014). *1964 – História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- O'Donnell, Guillermo. *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism*. (1972) Berkeley: Institute of International Studies, University of California at Berkeley.
- Oliveira, Eliézer Rizzo de (1976). *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes.
- Reis, Fábio Wanderley (comp. 1978). *Os partidos e o regime*. São Paulo: Símbolo.
- Reis Filho, Daniel Aarão (1990). *A revolução falton ao encontro*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (2000). *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ridenti, Marcelo (1993). *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Rollemberg, Denise (2010). “A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974) en Rollemberg, D. (2010) y Samantha Quadrat (comps.) *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 99-144.
- Sader, Eder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores de São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santos, Wanderley Guilherme (1986). *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice.
- Schmitter, Philippe (1971). *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- Silva, Deonísio (1989). *Nos bastidores da censura. Sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Skidmore, Thomas (1989). *Politics in Brazil 1930–1964: an experiment in Democracy*. New York: Oxford University Press.
- Stepan, Alfred (1971). *The Military in Politics. Changing Patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.
- Teles, Janaína de Almeida. “Apropriações e Disputas em torno do Acesso aos Arquivos da Ditadura Militar no Brasil”. <https://www.academia.edu>.
- Toledo, Caio Navarro (1983). *O governo João Goulart e o golpe de 1964 no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Velasco e Cruz, Sebastião y Carlos E. Martins (1983). “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘Abertura’” en *Sociedade e política no Brasil pós-64*, compilado por Bernard Sorj y M. H. T. Almeida, 8-91. São Paulo: Brasiliense.
- Weffort, Francisco (1978). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Zanotto, Gizele (2012). *TFP, as idiosincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)*. Passo Fundo: Méritos.